

STJ00114000

Ciro Rangel Azevedo

VINCULAÇÃO DO NÃO SIGNATÁRIO À CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

O CASO DOS GRUPOS SOCIETÁRIOS



DIALÉTICA
EDITORA

Copyright © 2021 by Editora Dialética Ltda.
Copyright © 2021 by Ciro Rangel Azevedo.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta edição pode ser utilizada ou reproduzida – em qualquer meio ou forma, seja mecânico ou eletrônico, fotocópia, gravação etc. – nem apropriada ou estocada em sistema de banco de dados, sem a expressa autorização da editora.

Capa: Erika Fujitani
Diagramação: Ingrid Dias

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A994v Azevedo, Ciro Rangel.

Vinculação do não signatário à cláusula compromissória: o caso dos grupos societários / Ciro Rangel Azevedo. – Belo Horizonte: Editora Dialética, 2021.
188 p.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-5877-902-5

1. Arbitragem – Direito. 2. Legislação Brasileira. 3. Arbitragem Comercial.
4. Negócio Jurídico. I. Azevedo, Ciro Rangel. II. Título.

CDD 340

CDU 34

Ficha catalográfica elaborada por Mariana Brandão Silva CRB-1/3150



DIALÉTICA
EDITORA

f /editoradialetica

@editoradialetica

www.editoradialetica.com

SUMÁRIO

Introdução	9
1 Regime Jurídico da Convenção de Arbitragem	13
1.1 Conceito e Natureza Jurídica da Convenção de Arbitragem	13
1.2 Modalidades de Convenção de Arbitragem	16
1.3 Cláusula Compromissória	18
1.3.1 Existência, validade e eficácia da cláusula compromissória	21
1.3.2 Elementos de existência da cláusula compromissória	25
1.3.2.1 Elementos gerais intrínsecos: forma, objeto e circunstâncias negociais	27
1.3.2.2 Elementos gerais extrínsecos: sujeito, tempo e lugar	30
1.3.2.3 Elementos categoriais	32
1.3.3 Requisitos de validade da cláusula compromissória	33
1.3.4 Fatores de eficácia da cláusula compromissória	39
1.4 O Consentimento na Teoria Tricotômica Aplicada à Cláusula Compromissória	42
2 Panorama Geral da Vinculação de Partes Não Signatárias à Cláusula Compromissória	53
2.1 A Denominação “Vinculação da Parte Não Signatária”	53
2.2 O Fenômeno da Vinculação da Parte Não Signatária à Cláusula Compromissória	57

2.3	A Integração Da Parte Não Signatária Ao Procedimento Arbitral E Sua Apreciação Jurisdicional Pelo Juízo Arbitral	60
2.3.1	A integração ativa da parte não signatária ao procedimento arbitral	61
2.3.2	A integração passiva da parte não signatária ao procedimento arbitral	63
2.3.3	A integração e a questão envolvendo litisconsórcio unitário	64
2.3.4	Apreciação jurisdicional da integração da parte não signatária ao procedimento arbitral	68
2.4	Vinculação da parte Não Signatária: Distinção entre os Casos de Grupos Societários e de Grupos de Contratos	71
2.5	Incompatibilidade com o Compromisso Arbitral	72
2.6	Distinção entre o Fenômeno da Vinculação da parte Não Signatária e a Teoria da Desconsideração da Personalidade Jurídica à Luz do Direito Brasileiro	74
2.7	A Vinculação da parte Não Signatária e os Institutos do “Estoppel” e do “Implied Consent”	78
3	Princípios Jurídicos e a Vinculação da Parte Não Signatária à Cláusula Compromissória	83
3.1	A Vinculação da parte Não Signatária à Luz de Princípios Constitucionais	86
3.1.1	Igualdade	87
3.1.2	Livre iniciativa e da liberdade individual	88
3.1.3	Solidariedade social	91
3.1.4	Inafastabilidade da jurisdição	93
3.2	A Vinculação da parte Não Signatária à Luz dos Princípios do Direito Contratual	95

3.2.1	Liberdade contratual e autonomia privada	97
3.2.2	Consensualismo	100
3.2.3	Força obrigatória (<i>pacta sunt servanda</i>)	102
3.2.4	Relatividade dos efeitos do contrato	103
3.2.5	Boa-fé objetiva	104
3.2.6	Função social do contrato	107
3.3	A Vinculação da parte Não Signatária à Luz de Princípios Orientadores da Arbitragem	109
3.3.1	Autonomia da cláusula compromissória	110
3.3.2	Princípio <i>Kompetenz-Kompetenz</i>	112
3.3.3	Princípio da interpretação em favor da arbitragem (<i>favorem validitatis</i>)	115
4	Os Grupos Societários	119
4.1	Breve Histórico	119
4.2	O Conceito e Características dos Grupos Societários	121
4.2.1	Os grupos de direito e os grupos de fato – a disciplina dos grupos societários na Lei nº 6.404/76	128
4.3	Os Diferentes Modelos de Grupos Societários no Ordenamento Jurídico Brasileiro	133
4.3.1	Direito do trabalho	133
4.3.2	Direito do consumidor	136
4.3.3	Direito econômico-regulatório	138
4.3.4	Direito previdenciário	139
4.3.5	Lei Anticorrupção	141
4.4	A Relação dos Grupos Societários com a Vinculação da Parte Não Signatária	142

5 Vinculação da parte Não Signatária à Cláusula Compromissória: O Caso dos Grupos Societários	145
5.1 Análise das Decisões Arbitrais Selecionadas e dos Julgados	148
5.1.1 Decisões arbitrais	148
5.1.1.1 Caso CCI 4131/1982: <i>Dow Chemical vs Isover Saint Gobain</i>	148
5.1.1.2 Caso CCI 11160/2002	152
5.1.2 Os julgados proferidos pelo Tribunal de Justiça de São Paulo	154
5.1.2.1 O Caso Trelleborg	154
5.1.2.2 O Caso GP Capital Partners	156
5.2 O Pressuposto Jurídico do Consentimento por meio da Declaração Negocial Tácita	159
5.2.1 A revelação do consentimento	160
5.2.2 A declaração negocial tácita e o comportamento concludente como elemento objetivo	164
5.2.3 A influência da teoria dos grupos societários na exteriorização da declaração negocial tácita	168
Conclusões	171
Referências	177